

RAINHAS NA INTERNET: A DESCONSTRUÇÃO DE ESTEREÓTIPOS E SUA ABORDAGEM JUNTO AO PÚBLICO DO BLOG “RAINHAS TRÁGICAS”

Prof. Me. Renato Drummond Tapioca Neto
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
E-mail: drummond.renato@yahoo.com.br

O seguinte trabalho se propõe a observar de que forma as recentes pesquisas na área da História das Mulheres e dos estudos de gênero costumam ser abordadas em espaços públicos de divulgação de conhecimento, tais como sites, redes sociais e revistas, proporcionando, assim, maior dinamização da produção de conteúdo científico voltado para o grande público. Tomando como principal referência o blog “Rainhas Trágicas”, procuraremos identificar como tais espaços possibilitam maior participação dos leitores nos debates voltados para o assunto. Durante sete anos de atividade (2012-2019), o blog promoveu discussões com o objetivo de desconstruir a representação de determinados estereótipos femininos, ligados a personagens do antigo regime, que persistem até os dias atuais. Tomando a noção de representação enquanto categoria de análise, entendida aqui como “a relação entre uma imagem presente e um objeto ausente, uma valendo pela outra porque lhe é homóloga”, conforme proposto por Roger Chartier (1991, p.184), pretendemos demonstrar de que maneira a figura feminina no antigo regime costuma ser abordada no blog e a desconstrução de determinadas interpretações negativas sobre a biografia de algumas delas, que foram reforçadas ao longo dos séculos na memória popular, mas que atualmente estão sendo contestadas à luz das recentes pesquisas feitas na área da História das Mulheres.

Nos últimos anos, vem-se observando em número cada vez maior a criação de sites, blogs, perfis e canais no youtube, entre outras redes sociais, com o intuito de divulgar conhecimento nas mais diversificadas áreas, incluindo a História. De uma forma simples, esse movimento pode ser explicado por uma necessidade do tempo presente de manter um contato mais estreito com seu passado coletivo, embora de uma maneira mais dinâmica e menos sistematizada que nas páginas de um livro. Visando um alcance maior de público, o conteúdo postado nestes espaços geralmente possui uma linguagem mais

fluida e, portanto, mais acessível ao leitor e/ou ouvinte. Em alguns casos, os debates promovidos pelo blog “Rainhas Trágicas” (ver o banner abaixo), que foi transformado em livro no ano de 2016, promoveram uma reavaliação acerca da história das personalidades que serviram de alento para a divulgação da página no ambiente digital e no espaço impresso, contribuindo, dessa forma, para a desconstrução de certos estereótipos junto ao grande público.



Figura 1 Banner do Rainhas Trágicas, exposto em sua página no Facebook, com designe de Henrico Cobianchi.

De acordo com Michel de Certeau, em capítulo publicado no livro *História: novos problemas* (1988), o historiador pode se utilizar de estratégias ficcionais, ao selecionar ou rejeitar materiais, organizar um enredo, escolher as palavras e metáforas que considerar mais adequadas para o seu trabalho. Nesse sentido, Certou entra de acordo com o pensamento de Hayden White, autor de *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX* (2008). Ao analisar o trabalho histórico na Europa do século XIX, White diz que na conclusão de seu livro que o historiador está determinado a escolher um ou outro dos variados meios de explicação argumentativa para elaborar a sua narrativa e assim convencer o leitor daquilo que escreve, ancorado em evidências de pesquisa. Tomando de empréstimo algumas de suas argumentações, Luiz Costa Lima, em *História. Ficção. Literatura* (2006) defende que a historiografia, devido ao seu caráter discursivo, não pode abrir mão de sua interseção com os domínios da ficção e da literatura, apesar de

reivindicar uma veracidade dos fatos que é estranha à ficção¹. Por outro lado, o recurso dos textos literários como fonte para o *fazer histórico* permitem ao pesquisador adentrar com maior facilidade no campo das representações e também no das desconstruções.

Com efeito, o profissional de história, ao interpretar os eventos do passado, também demonstra quais os recursos metodológicos e teóricos por ele utilizados na construção de sua narrativa, viabilizando com isso uma possibilidade de se observar como novas abordagens e objetos de estudos podem revelar uma multiplicidade de leituras e diversas formas de escrita, que se complementam. De acordo com Chartier:

A constatação que inscreve a história na classe das narrativas, qualquer que seja esta história, e que marca os parentescos fundamentais que unem todas as narrativas, de qualquer natureza que sejam, tem diversas consequências essenciais. Por um lado, permite considerar como uma questão mal feita trouxe o tema do debate que foi aberto pelo artigo célebre de Lawrence Stone sobre o retorno da narração em história: se toda história é dependente das figuras e formas de narrativas, como imaginar um retorno onde não existiu partida? [...] Por outro lado, o estudo que define a história como uma narrativa abriu uma via para as análises da “poética do saber” que se esforçam por marcar, de forma precisa e usando indicadores específicos, as diferenças na forma com a qual os historiadores manejam as figuras e formas que são também as da ficção. (CHARTIER, 2011, p. 218-19).

Não obstante, o diálogo entre a História com outras áreas do conhecimento, como a literatura ou a memória, por exemplo, se constitui numa valorosa ferramenta para o pesquisador, permitindo que outros pontos de vista sejam explorados para a construção do saber histórico, uma vez que História, Memória e Literatura podem se aproximar em alguns aspectos, principalmente por seu caráter narrativo e de representação da realidade. Tais ferramentas de composição textual, por sua vez, auxiliam o autor de conteúdo voltado para o grande público na construção de narrativas mais acessíveis, por meio de uma linguagem clara e objetiva.

Criado no dia 2 de outubro de 2012 pelo então estudante de graduação em História na Universidade Estadual de Santa Cruz, Renato Drummond Tapioca Neto, o “Rainhas Trágicas” tinha como objetivo divulgar de forma acessível narrativas sobre as vidas de

¹ Na primeira parte de seu livro, dedicada à escrita da história, Luiz Costa Lima afirma que “a preocupação com a linguagem do historiador, com suas estratégias expressivas, não tem como precondição nega-lo como autor de um discurso específico e distinto do ficcional” (2006, p. 37). Seguindo essa mesma linha, Hayden White afirma que o trabalho histórico é “uma estrutura verbal na forma de um discurso narrativo em prosa” (2008, p. 11).

personagens femininas ligadas ao antigo regime monárquico, especialmente aquelas marcadas por uma interpretação estereotipada e/ou misógina, tais como Ana Bolena da Inglaterra, Mary Stuart da Escócia e Maria Antonieta da França. Aqui, a noção de gênero² foi empregada nas análises para diagnosticar as relações entre os sexos e construção dos papéis sociais, servindo como suporte teórico para se entender como a imagem do que se convencionou chamar de “megera coroada” foi representada, em oposição ao ideal de recato e passividade esperado de uma soberana. Na história do regime monárquico, a personagem da “megera coroada” surge prioritariamente em momentos de disputas políticas e/ou religiosas, construída em torno de soberanas que supostamente ultrapassaram seu papel de esposa do monarca reinante e mãe dos herdeiros do trono para adentrar no campo de atuação política.

Na opinião de Michelle Perrot (1989, p. 9), a narrativa histórica tradicional reserva pouco espaço para as mulheres, especialmente na cena política, onde elas pouco aparecem. Para Perrot, essa ausência se deve em grande parte pela carência de fontes oficiais que tratem do sujeito “mulher”, devido aos “poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas” (2013, p. 17). Levando essa discussão para a condição da mulher nobre no Antigo Regime, quando ela aparece inserida no espaço simbolicamente masculino, ou seja, o da política e o da diplomacia, tornava-se alvo fácil para comentários sexistas. A figura bíblica de Maria, que era virgem e mãe ao mesmo tempo, deveria ser, portanto, o ideal máximo para uma soberana. Sua principal tarefa, com efeito, era gerar uma prole de herdeiros saudáveis para o trono, assegurando assim a continuidade da dinastia. Se falhasse nesse quesito, estaria colocando sua posição em grande perigo. Nas palavras de David Loades, “a rainha que era mãe de um herdeiro varão era duplamente afortunada. Não tinha só cumprido seu dever mais elevado – tinha

² Segundo Joan Scott (1995, p. 7), essa “é uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres”. Em tais relações sociais, os lugares que deveriam ser ocupados por homens e mulheres, numa sociedade como a do antigo regime, eram cultural e socialmente construídos. Para Scott (1995, p. 13), o uso da categoria “gênero” rejeita as explicações do “determinismo biológico implícito, no uso dos termos sexo ou diferença sexual”, introduzindo assim a ideia de que a desigualdade dos lugares sociais e espaços que deveriam ser ocupados respectivamente por homens e mulheres são construídos pela sociedade.

também aumentado a autoridade do marido a um nível incalculável e demonstrado que Deus via favoravelmente o seu governo” (2010, p. 14).

Ao longo dos séculos, princesas contraíram casamento com príncipes estrangeiros para cimentar uma aliança diplomática entre dois reinos. Educadas desde pequenas para representar seu país de origem numa corte distinta, poucas foram as que tiveram a sorte (ou azar) de se casar com um marido de sua escolha. Uma vez no reino estrangeiro, elas passavam por um processo de adaptação, abandonando seus costumes nativos, para adotar os do país para o qual fora enviada. Uma princesa que se casava num reino estrangeiro poderia ser considerada uma espécie de refém, mas também uma embaixadora, servindo aos interesses de suas pátrias de origem e de adoção. Isabel de Parma, por exemplo, assim definiria o papel de uma princesa consorte: “o que deveria esperar a filha de um grande príncipe? (...) Nascida escrava dos preconceitos dos outros, vê-se sujeita ao peso das honras, essa etiqueta interminável presa à grandeza (...) um sacrifício para o suposto bem público” (apud FRASER, 2009, p. 71). Não obstante, uma conduta recatada e virtuosa era essencial para dissipar qualquer dúvida quanto à legitimidade da prole, pois a mancha do adultério poderia ser suficiente para condenar uma rainha consorte à morte. Aquelas que transgredissem esse ideal eram, em alguns dos casos, encaradas como uma abominação para as antigas monarquias, dando assim margem a todo tipo de acusação, inclusive de bruxaria. É quando surge a imagem da “rainha má”, tão popular nos contos folclóricos europeus.

Por outro lado, uma soberana era considerada generosa quando patrocinava instituições de caridade, movimentos artísticos e estudos científicos, uma vez que tais ações traziam maior visibilidade para o governo. Ela deveria desempenhar estas tarefas com elevado grau de seriedade, pois sua reputação também estava em jogo e um escândalo poderia desencadear sérias crises para o regime monárquico. Se fosse bem-sucedida, ganhava ainda mais respeito e confiança por parte do rei. Em algumas monarquias, por exemplo, ela poderia inclusive exercer funções de conselheira, sendo por isso respeitada pela sabedoria que viesse a demonstrar. A erudição em uma rainha consorte poderia lhe valer muitos privilégios, inclusive administrativos. Poderiam até mesmo governar de forma conjunta com o rei, ou, na ausência destes, na qualidade de regentes. Nesta tipologia de soberana, podemos destacar dois exemplos: as que eram

indicadas pelos seus maridos para reinar enquanto estivessem ausentes (em campanha militar ou viagem diplomática, por exemplo) e as que tomavam as rédeas do governo quando os reis morriam deixando seus herdeiros em idade precoce.

Embora tendo um papel de atuação política limitada aos deveres conjugais e para com o reino, as princesas dispunham de outros meios de ação para ingressar na esfera política. Dessa forma, a imagem de passividade que lhes imputavam não era tão absoluta como se tem sido até então sugerido pela dita história tradicional. A partir do século XVI, na Europa, a ideia do governo feminino começou a ser mais amplamente aceita em algumas monarquias. De Isabel I de Castela a Elizabeth I da Inglaterra, o palco político da Europa do século XVI também foi dominado por figuras femininas que governaram reinos e comandaram exércitos. De acordo com Sarah Gristwood:

A tradition of female rule as strong as that seen in the sixteenth century cannot (however it may subsequently be overlooked) ever rally go away. From now on, in the Western world, the tally card would record that it had been possible for women to control countries and that a number of them had done so very successfully. From now on, no one could say that was an impossibility (2016, p. 323).³

Cito aqui como exemplo o caso de Margarida da Áustria, regente dos Países Baixos. Margarida era uma das figuras mais influentes de seu tempo, que sabia jogar com sua condição feminina para conseguir de seu pai, o imperador, aquilo que desejava: “eu sei que não é da minha conta interferir nos seus afazeres, já que sou uma mulher inexperiente em tais casos, no entanto, o grande dever que eu tenho para com vós me encoraja a vos pedir... para tomar cuidado enquanto ainda há tempo” (apud GRISTWOOD, 2016, p. 40), escreveu ela a seu pai, o imperador Maximiliano. Por outro lado, ela também dizia que “por mais que nós sejamos uma mulher, nosso coração é de uma natureza diferente” (apud GRISTWOOD, 2016, p. 27). Já na França, Anne de Beaujeu, irmã do rei Carlos VIII, no seu livro intitulado “Lições para minha filha”, escrito entre 1517 e 1521, dizia o seguinte:

³ Tradução livre: “Uma tradição de domínio feminino tão forte quanto a que se viu no século XVI não pode (embora subsequentemente possa ser negligenciada) desaparecer. De agora em diante, no mundo ocidental, o cartão de registro assinalaria que as mulheres conseguiram controlar os países e que várias delas o fizeram com muito sucesso. De agora em diante, ninguém poderia dizer que isso era uma impossibilidade (2016, p. 323).

When it comes to the government of their affairs, [widowed women] must depend only on themselves; when it comes to sovereignty, they must not cede power to anyone. And then, you must protect yourself from deceitful and presumptuous followers, especially those with whom conduct business often, because of the suspicions that can arise (apud GRISTWOOD, 2016, p. 57)⁴.

Com efeito, conforme ressalta Benedetta Craveri (2007, p. 15) na França a lei sálica, que data do século XIV, ditava que uma princesa jamais poderia herdar a coroa do pai, passando-a diretamente para o parente do sexo masculino mais próximo, aquele que pelo sangue tinha maior direito de ocupar tal cargo. Já em outras monarquias, como as da Inglaterra, Escócia Portugal e Castela, uma mulher subia ao trono quando o rei não tinha filhos homens e/ou herdeiros do sexo masculino.

Por muito tempo, o sexo feminino e o exercício do poder foram tratados como dois elementos incompatíveis. Esse quadro sofreu uma mudança significativa a partir do século XV, com Isabel I de Castela. Ela abriu o precedente moderno para que outras mulheres viessem a assumir o poder. No século seguinte, o cenário europeu foi praticamente dominado pelo governo feminino, com nomes como a já mencionada Margarida da Áustria, regente dos Países Baixos, Maria I e Elizabeth I da Inglaterra, Marie de Guise e sua filha, Mary I Stuart da Escócia, Catarina de Médici, rainha regente da França, e Catarina da Áustria, rainha regente de Portugal. Uma mulher que também era rei precisava ser duplamente cautelosa, pois seus erros poderiam ser facilmente associados a uma suposta fraqueza do sexo, o que prejudicaria o que podemos chamar de “monarquia de gênero”. Algumas delas, como Elizabeth I da Inglaterra, aprenderam a jogar com essa situação e foram bem-sucedidas nisso. Nos séculos XVII e XVIII, o governo das mulheres continuou forte, com nomes como Cristina da Suécia, Ana I do Reino Unido, Isabel I e Catarina II da Rússia, Maria Teresa da Áustria, entre outras. Atualmente, o melhor exemplo de rainha reinante de que dispomos é Elizabeth II do Reino Unido, que em 2015 se tornou a monarca que por mais tempo governou na história da Grã-Bretanha.

⁴ Tradução livre: “Quando se trata do governo de seus negócios, as [viúvas] devem depender apenas de si mesmas; Quando se trata de soberania, elas não devem ceder poder a ninguém. E então, você deve se proteger dos seguidores enganosos e presunçosos, especialmente aqueles com quem você conduz os negócios frequentemente, por causa das suspeitas que podem se levantar”.

A recente pesquisa na área dos estudos de gênero contribuiu muito para uma reavaliação do papel da mulher através dos anos, especialmente no caso das soberanas, que são o foco dessa discussão. Vistas durante muito tempo como incapazes, mulheres que pretendessem seguir uma vida pública eram, em alguns casos, vistas como subversivas. Na opinião de Michelle Perrot:

No espaço público, aquele da Cidade, homens e mulheres situam-se nas duas escalas de valores. Opõem-se como o dia e a noite. Investido de uma função oficial, o homem público desempenha um papel importante e reconhecido. Mais ou menos célebre, participa do poder. Talvez lhe deem um enterro com honras nacionais. É candidato em potencial ao Panteão dos Grandes Homens que a Pátria reconhecida homenageia. [...] Depravada, debochada, lúbrica, venal, a mulher – também se diz “rapariga” – pública é uma “criatura”, mulher comum que pertence a todos. [...] O homem público, sujeito eminente da cidade, deve encarnar a honra e a virtude. A mulher pública constitui a vergonha, a parte escondida, dissimulada, noturna, um vil objeto, território de passagem, apropriado, sem individualidade própria (PERROT, 1998, p. 7).

Apesar de ter fornecido uma importante contribuição para o desenvolvimento da pesquisa em estudos de gênero, essa dicotomização defendida por Perrot, contudo, tem sido questionada por pesquisas mais modernas⁵, que demonstram que as mulheres possuíam outros meios de atuar na esfera pública e política, sem, contudo, serem vistas como algo “depravado”, “debochado”, “lúbrico” e/ou “venal”, conforme podemos observar ao analisar o papel da soberana no antigo regime, que, em determinados casos, poderia exercer participação em assuntos políticos e, inclusive, governar.

No caso das mulheres pertencentes aos estratos mais baixos da sociedade europeia durante a Idade Moderna, podemos identificar uma mudança no quadro da atuação feminina na esfera pública já no contexto da Revolução Francesa, durante as últimas décadas do século XVIII. Porém, Maria Zina Gonçalves de Abreu, em sua tese de doutorado sobre a atuação feminina na revolução inglesa dos séculos XVI e XVII, data o maior envolvimento da mulher na esfera política em pelo menos mais de 100 anos antes

⁵ Ao falar da história das mulheres no Brasil, por exemplo, Ana Silvia Scott salienta que os adjetivos “filha”, “esposa” e “mãe” há muito deixaram de ser as únicas definições femininas para as brasileiras no século XIX (2013, p. 15). Algumas delas se insurgiram contra essas identificações, reivindicando certos direitos para o seu sexo. Diz Scott que, com a virada do século XX, o poder patriarcal, sob o qual “a mulher deveria obedecer a pai e marido, passando da autoridade de um para a do outro através de um casamento monogâmico e indissolúvel” (2013, p. 16), já estava sendo colocado em causa.

da Revolução Francesa, ressaltando que foi na fase do radicalismo seiscentista em Inglaterra que elas tiveram “maiores oportunidades de participação, que lhes permitiu uma experiência de maior ativismo político sem precedentes, cujas repercussões foram muito além do que alguma vez essas mulheres poderiam imaginar” (ABREU, 2003 p. 743). Diz a autora, inclusive, que os entraves políticos e religiosos ocorridos naquele país durante as décadas de 1640 e 1650 possibilitaram maior desempenho de indivíduos de ambos os sexos, mesmo entre os componentes das classes baixas da sociedade, em papéis mais ativos naquele contexto de transformações. Sendo assim, o palco para as mudanças sociais desencadeadas pela Revolução Francesa já estava armado, tendo como base (ao menos em parte), o pensamento liberal inglês.

O “renascimento” do ativismo político feminino foi expresso pela militância das chamadas *tricoteuses*, que além de apresentarem petições ao governo, participaram ativamente no processo de tomada da Bastilha, em 14 de julho de 1789, e marcharam contra o Palácio de Versalhes em 5 de outubro daquele mesmo ano, para trazer a família real de volta à Paris. Foi a partir da Revolução Francesa que a atuação feminina adquiriu uma prática de ação política organizada. Ao reivindicar seus direitos de cidadania frente aos obstáculos que a sociedade impunha, “o movimento feminista, na França, assume um discurso próprio, que afirma a especificidade da luta da mulher” (ALVES; PITANGUY, 1991, p. 32). Devido ao fato de que a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* (1789) não abordava em seu texto as prerrogativas da mulher, a dramaturga e revolucionária Olympe de Gouges (1748-1793) escreveu sua *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, onde professava a total equidade legal e política entre os sexos. A atitude de Olympe foi mal vista pelos líderes da revolução e ela acabou sendo condenada à morte pela guilhotina. Mas, a partir daí, a história teve cada vez mais exemplos da participação das mulheres na vida pública, especialmente durante as revoluções pró-republicanas de 1848, com a fundação de associações políticas e trabalhistas onde elas reivindicam seus próprios direitos.

O século XX, entretanto, foi marcado por alterações significativas no lugar ocupado pelas mulheres na sociedade ocidental. “As décadas de 1930 e 1940 foram marcadas pelo refluxo da organização feminista”, uma vez que “o movimento havia conquistado o direito ao voto e algumas reformas constitucionais que as reconheciam,

formalmente, como cidadãs”, provocando assim uma “sensação de que suas demandas haviam sido satisfeitas” (TABOAS, 2001, p. 272). Com o advento das Guerras Mundiais, muitos homens tiveram que se ocupar com as funções militares, deixando, portanto, espaço para que as mulheres desempenhassem tarefas até então concebidas como masculinas. No ano de 1949, a escritora Simone de Beauvoir lança o seu polêmico livro intitulado *O Segundo Sexo*, que discutia as desigualdades sexuais sob uma perspectiva voltada para o existencialismo e materialismo-histórico. Foi nessa obra em que a referida autora lançou as primeiras bases para a posterior definição do conceito de “gênero”, ao iniciar o segundo volume da obra com a frase emblemática: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (2016, p. 11).

Com o fim do período de guerras, e o conseqüente retorno dos homens às suas casas, criou-se uma preocupação sobre o que fazer com aquelas mulheres que estavam ocupando cargos que antes eram destinados aos seus maridos. As empresas de publicidade, então, começaram a desenvolver propagandas que reforçavam o papel feminino de mãe e anjo do lar. Mas as coisas não saíram conforme o planejado. Segundo Eric Hobsbawm

A entrada em massa de mulheres casadas – ou seja, em grande parte mães – no mercado de trabalho e a sensacional expansão da educação superior formaram um pano de fundo, pelo menos em países ocidentais típicos, para o impressionante reflorescimento dos movimentos feministas a partir da década de 1960 (2012, p. 305).

A partir da década de 1960, e, sobretudo nas décadas de 1970 e 1980, o pensamento político feminino começou a ter grande aderência entre as massas populares de outros países. “Na verdade, as mulheres como um grupo tornavam-se agora uma força política importante, como não eram antes” (HOBBSAWM, 2012, p. 306).

Nesse contexto, a própria unidade da família, que no século XIX era unificada, com cada membro representando seu respectivo papel, sofre uma profunda alteração. As mulheres, ao entrarem no mercado de trabalho, passaram a assumir funções masculinas dentro do próprio lar. Além disso, conforme ressalta Mary Del Priore:

A revolução tecnológica permitiu a emancipação econômica dos indivíduos, desobrigando-os da vida familiar, até recentemente uma proteção contra as ameaças do mundo, lá fora. A Amélia – que se encarregava de lavar e passar

para o marido – foi substituída pelo micro-ondas. A pílula e a emancipação da mulher alteraram definitivamente as relações dentro da família (2011, p. 227).

Com efeito, a mulher casada, que antes era idealizada como uma espécie de apêndice do marido, começou a desejar maior liberdade e autonomia nas suas decisões. Esse discurso de independência, por sua vez, deslocara-se um pouco da oralidade e começou a adentrar na própria literatura. Alguns romances da segunda metade do século XX passaram a trazer a figura da mulher emancipada como personagem principal da trama. Não obstante, se verificou um resgate de personalidades femininas do passado, reinterpretadas à luz dos atuais acontecimentos, remodeladas pelas ideias de emancipação do sexo feminino, tais como Cleópatra, Joana d’Arc, Elizabeth I, Maria Antonieta, e Ana Bolena. De acordo com Susan Bordo,

Passive, dependent heroines were no longer appreciated by middle-class female readers, who during the war had not only their own independence tested, but who also had been treated, at the movies and women’s magazine, to feisty, spirited female characters. At the same time, there was considerable anxiety about what would happen when the men returned. Most young women longed to reunite with their husbands and boyfriends and start a family, and the machinery of culture – films, magazines, advertisements, how-to-books – encouraged them. But was it impossible to have it all? While decades later the answer would be (a completely unrealistic) “Hell, yes!”, in the years immediately after the war, culture vacillated back and forth between celebrating and condemning the woman who tried to live as an equal with men. (2013, p. 171).⁶

No período pós-Segunda Guerra, com a inclusão cada vez maior da operária no mercado de trabalho, suas lutas pela igualdade de direitos, a difusão do movimento feminista em escala global e a ascensão do objeto de estudo “mulher” entre as ciências sociais, figuras femininas passivas perderam seu encanto aos olhos da nova geração de leitoras. Elas queriam saber das histórias de personagens imperfeitas, com virtudes e vícios e que se destacaram entre suas contemporâneas. Assim, observamos uma procura

⁶ Tradução livre: “Heroínas passivas e dependentes já não eram apreciadas pelas leitoras de classe média, que durante a guerra não só tinham testado a sua própria independência, mas também tinham sido tratadas, no cinema e na revista feminina, com personagens espirituosas. Ao mesmo tempo, havia uma ansiedade considerável sobre o que aconteceria quando os homens retornassem. A maioria das jovens ansiava por se reunir com seus maridos e namorados e começar uma família, e a máquina da cultura - filmes, revistas, anúncios, livros - as encorajava. Mas era impossível ter tudo? Enquanto em décadas mais tarde a resposta seria (completamente irrealista) “Inferno, sim!”, nos anos imediatamente posteriores à guerra, a cultura vacilou de um lado para outro entre celebrar e condenar a mulher que tentava viver em igualdade com os homens”.

massiva por biografias e romances sobre Ana Bolena, Mary Stuart, Maria Antonieta, entre outras, reescritas sob uma nova perspectiva, que valorizasse suas atitudes enquanto mulheres que estiveram em situação de poder. Desse modo, a história das soberanas caiu no gosto popular das simpatizantes feministas destas últimas décadas e do público em geral também.

Propondo-se a contar a história do absolutismo dando destaque para presença das mulheres e as relações de poder que eram mantidas dentro da instituição monárquica, a princípio, o “Rainhas Trágicas” surgiu como um projeto mais intimista, que aos poucos foi expandindo seu foco de abordagem, graças ao *feedback* dos leitores conquistados nesse percurso. Atualmente, o blog aborda uma série diversificada temas, estejam eles relacionados à história das mulheres ou não, tais como literatura, cinema, escravidão, ensino e teoria da História, entre outros. Uma análise dos termos de busca em sites como o Google levou a concluir que muitos leitores chegaram ao “Rainhas Trágicas” depois de terem assistido a algum filme ou novela, cujo enredo está ambientado em algum período passado. É muito interessante observar as comparações que os leitores fazem entre o que é fato e o que é ficção nas diferentes formas de narrativas. Os *feedbacks* enviados são muito importantes para determinar qual tipo de publicação é mais aceito. Em 7 anos de atividade, o blog construiu um público bem diversificado e recebe cerca de 100 mil visualizações por mês.

No ano de 2016, o conteúdo publicado em 4 anos de atividade no blog foi parcialmente editado, estendido e compilado em uma publicação que foi batizada de “Rainhas Trágicas: quinze mulheres que moldaram o destino da Europa”, lançada em Portugal pela Vogais Editora (ver imagem abaixo). O livro chegou às mãos do leitor composto de 10 capítulos, cada um deles apresentando um perfil diferente de soberana, seja ela uma rainha consorte, regente ou reinante. A intenção por trás da obra era apresentar ao público uma análise da vida destas monarcas à luz das recentes pesquisas desenvolvidas na área da História das Mulheres, contribuindo para essa desconstrução de estereótipos que, por sua vez, mancharam a representação destas figuras femininas através dos séculos. O contexto dos acontecimentos ali narrados ia do processo de unificação espanhola, no século XV, passando pelo Renascimento Cultural e as Guerras de Religião, no século XVI, até a Revolução Francesa e Independência do Brasil. Espera-

se que, através da leitura dos capítulos, o leitor percebesse a construção do papel das rainhas ao longo destes processos históricos e como elas foram, pouco a pouco, rompendo com o ideal de submissão feminina e conquistando maior participação política.

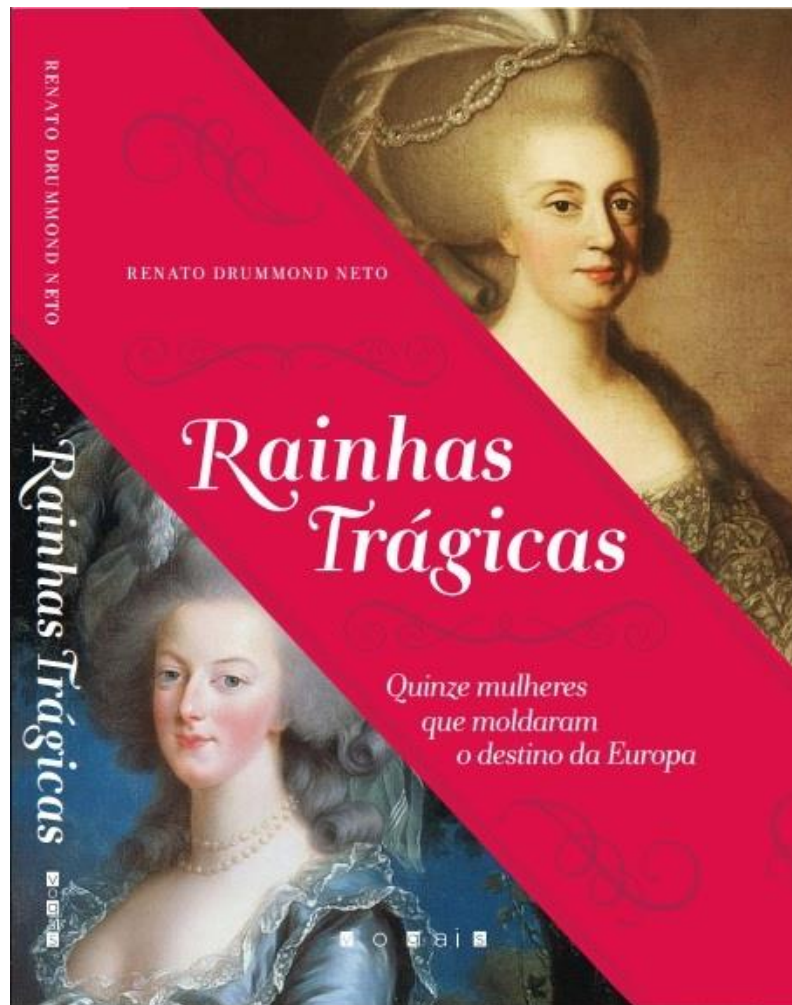


Figura 2 Capa do livro "Rainhas Trágicas: quinze mulheres que moldaram o destino da Europa".

Da figura da “megera coroada”, elas passaram a ser associadas a qualidades tais como força e determinação. Assim, a literatura e o cinema se apropriaram de suas histórias, transformando-as em personagens da ficção e elementos da cultura pop, tornando-as mais acessíveis ao grande público, que passou a procurar em biografias e páginas da internet mais informações sobre cada uma delas, participando de fóruns de discussão e assim difundindo o conhecimento de forma dinâmica e interativa, como é o caso do blog e da página “Rainhas Trágicas”. Hoje elas permanecem mais vivas do que

nunca no imaginário popular, imortalizadas tanto obras de ficção (filmes, romances e séries) quanto em narrativas históricas e biográficas. O império feminino conhece atualmente uma fase de grande expansão, através de movimentos e correntes ideológicas que colocam a princesa e a plebeia como protagonistas de uma mesma narrativa, celebrando assim a força e o poder da mulher, tanto no regime monárquico quanto em outras eras da nossa história.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maria Zina Gonçalves de. **A reforma da Igreja em Inglaterra: acção feminina, protestantismo e democratização política e dos sexos**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. **O que é feminismo**. 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1991.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução de Sérgio Milliet. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BORDO, Susan. **The creation of Anne Boleyn: a new look at England's most notorious queen**. New York: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

CHARTIER, Roger. A verdade entre ficção e história. In: SARPA, Élio Cantalício et.al. (org.). **Narrativas da modernidade: história, memória e literatura**. Uberlândia: EDUFU, 2011, p. 213-228.

_. O mundo como representação. In: **Estudos Avançados**. Vol. 5 n.º 11, São Paulo, Jan./Abr. 1991.

CRAVERI, Benedetta. **Amantes e rainhas: o poder das mulheres**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

FRASER, Antonia. **Maria Antonieta**. Tradução de Maria Beatriz de Medina. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GRISTWOOD, Sarah. **Game of Queens: the women who made sixteenth-century Europe**. Nova York: Basic Books, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**. Tradução de Marcos Santarrita. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre et. al. **História: novos problemas**. – Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

LIMA, Luiz Costa. **História Ficção Literatura**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.

LOADES, David. **As Rainhas Tudor – o poder no feminino em Inglaterra (séculos XV-XVII)**. Tradução de Paulo Mendes. – Portugal: Caleidoscópio, 2010.

PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2ª edição. São Paulo: Contexto 2013.

_. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

_. Práticas da memória feminina. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). **A mulher e o espaço público**. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 9-18.

SCOTT, Ana Silvia. O caleidoscópio dos arranjos familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 15-42.

SCOTT, Joan. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

TABOAS, Ísis Dantas Menezes Zarnoff. Diga-me, quem te deu o direito soberano de oprimir meu sexo?: a afirmação histórica dos direitos das mulheres. **O Direito Alternativo**, v. 1, n. 1, p. 258-280, agosto 2011. Disponível em: <<http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/direitoalternativo/article/view/318/370>>.

Acesso em 15 de novembro de 2013.

TAPIOCA Neto, Renato Drummond. **Rainhas Trágicas: quinze mulheres que moldaram o destino da Europa**. Amadora, Portugal: Vogais, 2016.

WHITE, Hayden. **Meta-história: a imaginação histórica do século XIX**. Tradução de José Laurênio de Melo. 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.